



COMUNICADOS DO CONSELHO DE MINISTROS

2016-11-17 às 14:20

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016

1. O Conselho de Ministros decidiu hoje propor à Assembleia da República a criação da morada única digital e o respetivo serviço público de notificações eletrónicas, prevista no Programa Simplex+ 2016.

Define-se a possibilidade de pessoas, empresas (nacionais e estrangeiras) e outras entidades, fidelizarem um endereço de correio eletrónico, que já utilizem ou a criem para o efeito, para receberem notificações administrativas e fiscais, o qual passa a constituir a sua morada única digital nas relações com as diferentes entidades públicas. A morada única digital equivale ao domicílio e à sede das pessoas singulares e coletivas, sendo que a fidelização de endereço de correio eletrónico segue um regime em tudo semelhante ao regime da morada física.

A adesão ao sistema é voluntária para as pessoas singulares.

Associado à morada única digital é criado um Serviço Público de Notificações Eletrónicas, que permite o envio das notificações das entidades públicas que adiram a este sistema para a morada única digital escolhida por cada pessoa ou empresa.

A implementação do serviço público de notificações eletrónicas permite uma redução da despesa das entidades com o envio de notificações e uma diminuição dos tempos que medeiam o envio e a receção da notificação.

2. O Conselho de Ministros aprovou o diploma que procede ao alargamento do serviço público de acesso universal e gratuito ao Diário da República, disponibilizando ao público todo o seu conteúdo, fixando as condições da sua utilização e procedendo à extinção do respetivo serviço de assinaturas.

Inscrita no Simplex+, esta medida vem dar cumprimento ao Programa do Governo no que respeita à disponibilização de todo o acervo legislativo do Diário da República, de forma verdadeiramente universal e gratuita, a todos os cidadãos, através na Internet.

Este alargamento do serviço público envolve o acesso livre a diversas ferramentas de pesquisa, a legislação consolidada, a um tradutor jurídico, a um dicionário jurídico e a legislação e regulamentação conexa com o ato legislativo em causa, serviços considerados de valor acrescentado e atualmente apenas disponíveis mediante a contratação de uma assinatura ao Diário da República. Elimina-se, assim, a dispersão e inacessibilidade de informações legais, reduzindo-se os custos de contexto de cidadãos e empresas, através da extinção das assinaturas.

Com mais este passo no sentido da inovação tecnológica, procede-se à tão desejada eliminação definitiva da edição impressa do Diário da República, que passará a ser exclusivamente editado em formato eletrónico.

3. O Conselho de Ministros aprovou a regulamentação que garante o acesso de todas as mulheres à procriação médica assistida, tendo ainda procedido a alterações na lei que regula a utilização de técnicas de Procriação Medicamente Assistida (PMA).

No projeto de decreto regulamentar é abordado o acesso às técnicas de PMA, as próprias técnicas de PMA, o princípio da não discriminação e o recurso a técnicas de PMA no Serviço Nacional de Saúde.

Pretende-se, assim, concretizar esse acesso sem exclusão, assegurando uma prestação de serviços adequada, segura e não discriminatória, conforme plasmado na Lei n.º 17/2016, de 20 de junho.

Foi, ainda, aprovada uma alteração à lei que regula a utilização de técnicas de procriação medicamente assistida, definindo o destino dos tecidos recolhidos e não utilizados.

4. Foi aprovada a criação do sistema de pensões de reforma do regime convergente e das pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social dos militares das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, do pessoal militarizado da Marinha, da Polícia Marítima e do Exército, assim como do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública, do pessoal da carreira de investigação e fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, do pessoal da carreira de investigação criminal, da carreira de segurança e pessoal com funções de inspeção e recolha de vestígios da Polícia Judiciária e do pessoal do corpo da Guarda Prisional.

No seguimento da política de convergência do sistema de proteção social pública (CGA) com o regime de segurança social iniciado em 2005, pretende o Governo, conforme previsto no seu Programa, assegurar a homogeneidade dos regimes, reforçando este percurso de convergência e eliminando as discrepâncias que subsistem.

Reconhecendo a especificidade das condições em que as funções policiais e militares são exercidas no que respeita à permanente disponibilidade e ao especial risco e perigosidade que lhes está associado, importa proceder a uma uniformização das condições e das regras de atribuição e de cálculo das pensões de aposentação e de pensão de velhice destes grupos profissionais.

Assim, foi estabelecido o regime de cálculo das pensões de aposentação e pensão de velhice tendo como base uma idade de acesso à pensão de velhice ou aposentação específica a partir da qual o valor é determinado sem aplicação do fator anual de redução da pensão por antecipação e sem aplicação do fator de sustentabilidade.

5. O Conselho de Ministros aprovou uma resolução com vista à viabilização da Cõa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Cõa.

De acordo com a resolução aprovada, são autorizadas transferências para o equilíbrio de contas da Fundação, de forma a assegurar o respetivo saneamento financeiro. Prevê-se ainda o reforço da ação do Governo, através da área da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, na preservação, valorização e divulgação do património arqueológico, paisagístico, científico e cultural do Parque do Cõa e do envolvimento das instituições científicas e de ensino superior, tendo em vista a mobilização de esforços para o desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica centrada na valorização patrimonial, científica e turística do Vale do Cõa.

6. Foi decidida uma alteração ao regime da administração financeira do Estado e do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Tendo sido verificado que não se encontravam reunidas as condições técnicas, legais e institucionais para a entrada em vigor do novo referencial contabilístico em 1 de janeiro de 2017, decidiu-se criar a obrigação de aprovação de um plano de ação para a implementação do SNC-AP e adiar a respetiva entrada em vigor para 1 de janeiro de 2018.

7. Foi aprovado o decreto-lei que fixa os efetivos das Forças Armadas para 2017.

A partir de uma gestão exigente que compatibiliza as saídas, as admissões e as promoções, fica garantida a manutenção das necessidades estruturais das Forças Armadas e a execução das atividades previstas para o ano de 2017, mantendo-se a referência estabelecida de um efetivo máximo situado entre os 30 000 e os 32 000 militares.

8. O Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna uma diretiva europeia que estabelece as regras aplicáveis à produção, controlo, certificação e comercialização de sementes de espécies agrícolas e de espécies hortícolas (Diretivas de Execução n.ºs 2015/1955, 2016/11, 2016/317 e 2016/1168).

9. Foi aprovado o decreto regulamentar que prorroga para 2016 o regime dos limites máximos de dedutibilidade das perdas por imparidade previsto no Decreto Regulamentar n.º 19/2015, de 30 de dezembro.

10. Foi aprovada em Conselho de Ministros a autorização para a realização da despesa decorrente da contratação do fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre por entidades adquirentes integradas no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros até ao montante de €13.871.657.

Conferência de Imprensa do Conselho de Ministros, 17 N...



Conferência de imprensa do Conselho de Ministros, 17 novembro 2016

Tags: *modernização administrativa, saúde*

Gosto